



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

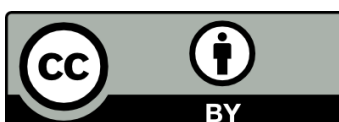
Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

Forças Modernas de Agregação e Desagregação entre a China e o Sudeste Asiático – A Fundação da ASEAN.

*Paulo Antônio Pereira Pinto**

A China sempre tratou de forma diferenciada cada nação situada ao Sul de suas fronteiras, tendo percepção distinta sobre cada uma, conforme assinalado em colunas anteriores. Em contrapartida, desde sua emancipação política, os Estados modernos do Sudeste Asiático demonstram percepções independentes sobre aquela República Popular.

No início da década de 1960, ademais, a RPC iniciou processo de radicalização interna, com expressivos reflexos em suas relações com o exterior. Simultaneamente, o Sudeste Asiático começava a apresentar perfil próprio. Era a fase da conquista da independência de nações da área, sob o formato de Estados modernos. A Nanyang deixava de ser uma vasta mancha cinzenta, da época áurea do hegemonismo do Império chinês. Evoluía, naquele momento, da situação em que se marcava no mapa político regional, com marrom as colônias britânicas, com verde as francesas e amarelo a holandesa. Começava a “Guerra Fria” em que os países seriam definidos, como azuis ou vermelhos, em função de seu alinhamento com os objetivos estratégicos globais das superpotências.

Nesse contexto, fundada em 8 de agosto de 1967, pela Declaração de Bangkok, a Associação das Nações do Sudeste Asiático foi o terceiro agrupamento a ser formado no Sudeste Asiático, após a Segunda Guerra, sem ter caráter de aliança militar.

Teve como predecessora a Associação do Sudeste Asiático, constituída em 31 de julho de 1961 pela Tailândia, Malaya e Filipinas, que não sobreviveu mais de três anos, por causa da questão de Sabah¹. Paralelamente, Malaya, Filipinas e Indonésia reuniram-se, sob a denominação de MAPHELINDO, a partir de suas bases étnicas. Devido ao componente racial, que preocu-

* Diplomata. As opiniões expressas neste artigo não expressam as opiniões do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

¹ Perdura, ainda, o litígio territorial entre a Malásia e as Filipinas, quanto à província de Sabah, ora vinculada a Kuala Lumpur. Até recentemente, o Primeiro-Ministro malásio e o Presidente filipino recusavam-se a visitar oficialmente o outro país.

MERIDIANO
47
O

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de
Conjuntura em Relações
Internacionais

Nº 14-15
Ago/Set – 2001



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Forças Modernas de
Agregação e Desagregação
entre a China e o Sudeste
Asiático – A Fundação
da ASEAN.**

Paulo Antônio Pereira Pinto

**Vaticano: qual o caminho
político a seguir?**

Virgílio Caixeta Arraes

**As fontes da crise
do Mercosul**

*Marcos Aurélio Guedes
de Oliveira*

Guerra nas Estrelas

Cristina Soreanu Pecequillo

**Mercosul e Alca: liaisons
dangereuses?**

Paulo Roberto de Almeida

**O Supremo Tribunal Federal
e os Tratados Internacionais**

Valério Mazzuolli

Vaticano: qual o caminho político a seguir?

*Virgílio Caixeta Arraes**

Em meados de maio, o Papa João Paulo II realizou um consistório extraordinário – o sexto de seu pontificado – para deliberar sobre o papel da Igreja para os próximos anos, embora as conclusões não sejam divulgadas logo após o encerramento do evento.

Foi o maior da história, visto que contou com a participação de cerca de 160 cardeais, dos quais um terço proveniente do antigo Terceiro Mundo. Dois aspectos deram a este consistório uma característica singular, que o fez, de modo informal, uma mistura de pré-conclave (a) e de miniconcílio (b):

(a) João Paulo II está fisicamente sobremaneira debilitado, a ponto de o Cardeal belga Godfried Danneels ter afirmado que ele poderia renunciar. Naturalmente, o Papa nega qualquer gesto neste sentido, ao colocar que não lhe cabe decidir sobre o fim de sua missão divina. Por outro lado, caso seus problemas físicos o impossibilitem definitivamente, poder-se-ia constituir um conselho transitório para gerir a Santa Sé. Tal hipótese foi levantada pelo jornal católico, *La Croix*, na edição de 18 de maio, que cogitou a idéia de um triunvirato cardinalício para garantir a rotina dos trabalhos. Certamente, por causa da presença significativa dos cardeais, o assunto da sucessão, ainda que, informalmente, ensejou discussões;

(b) Em face da importância simbólica da virada de milênio, os assuntos que foram debatidos – papel da família, sexualidade, globalização, aproximação com os outros cristãos e outras religiões – poderiam ser mais bem sistematizados em um concílio específico. No entanto, nos últimos 4 séculos, apenas 3 concílios se realizaram.

João Paulo II é um papa carismático e politizado. Eleito em 1978, foi o primeiro papa não italiano em mais de 4 séculos – o último havia sido o holandês

Adriano VI (1522-23). Ao assumir, refreou o ímpeto reformador e progressista da Igreja, iniciado por João XXIII, por meio do Concílio Vaticano II, que propôs maior autonomia às Conferências católicas locais.

Desiludido com o socialismo no seu país de origem, a Polônia, ele procurou interferir ativamente na geopolítica da Guerra Fria, sendo um dos fatores decisivos para o fim desta a favor do pólo ocidental, capitaneado pelos Estados Unidos. Para a Igreja, foi uma vitória de Pirro, porque, se colaborou para o fim de uma ideologia adversa à Igreja, em função da exclusão da liberdade e do relacionamento transcendental com Deus, em suas próprias palavras, terminou por reforçar o outro opositor, que distancia o homem de Deus, ao estimular o individualismo exacerbado e o consumismo como modo de vida: a globalização de viés neoliberal.

João Paulo II não hesitou, na década de 80, em estabelecer uma aliança com os conservadores norte-americanos, em função do antimarxismo. Nunca criticou abertamente o aumento dos gastos militares e o apoio aos regimes latino-americanos autoritários por parte dos EUA, mesmo que lançasse críticas genéricas ao materialismo ou aos excessos do capitalismo. Chegou ao ponto, em sua viagem ao Chile e à Argentina, em 1987, de afirmar que a ditadura chilena era menos sangrenta do que a polonesa e de praticamente não se referir aos milhares de desaparecidos em ambos os países.

Além disto, promoveu uma centralização interna, que desestimulou a prática de ações pastorais voltadas para questões específicas da realidade em que se encontrava a Igreja, como a Teologia da Libertação, na América Latina. Esta atitude gerou a retração do esforço missionário.

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB) e editor-adjunto de RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais.

Concomitante a esses processos, principalmente após o fim da Guerra Fria, com a ausência do socialismo real, a prática política vigente no Ocidente foi a de dismantelar as estruturas públicas de bem-estar social, edificado em décadas, com o conseqüente aumento da pobreza e da desigualdade, sempre favorecendo os aspectos negativos do inexorável progresso tecnológico.

Sem o amparo do Estado e da Igreja, desaparecida para acompanhar a nova massa de desamparados, estes se voltam para um transcendentalismo puro, de inspiração local ou regional: o neopentecostalismo, que cresce em ritmo alarmante, na visão da Igreja, incapaz de rearticular uma reação à altura no seu papel evangelizador.

Ainda no campo político, a Igreja complica-se, à medida que o ideário da Terceira Via, hoje no poder, tem posições francamente liberais em relação a questões comportamentais, que se chocam com as da Igreja, dificultando o diálogo.

É uma situação de crise, abafada, mas não suprimida, pelo carisma de João Paulo, com sua habilidade de comunicador e com suas freqüentes viagens a todos os continentes, visitando católicos e não católicos, a fim de estabelecer um diálogo construtivo com todos esses segmentos.

Para a Igreja manter seu papel mundial também em assuntos terrenos, é necessário o envolvimento com as questões sócio-econômicas, de modo que intervenha no processo político para combater a desi-

gualdade e a corrupção. Um aspecto importante é a diversificação geográfica do Colégio Cardinalício, isto é, a diminuição da participação de italianos na escolha do próximo pontífice. Segundo o próprio Papa João Paulo II, essa diversidade é o sinal de que a palavra de Deus deve ser levada às mais distintas regiões do mundo.

Apesar do perfil mais internacionalista do Colégio, a escolha deve recair sobre alguém de perfil conservador, como o atual Papa. Isto é conseqüência da política de escolha de João Paulo II, que nomeou 124 dos 135 cardeais aptos a votar no processo eleitoral. Os outros cinquenta existentes, por terem mais de 80 anos, não votam e podem participar apenas das congregações gerais, que são os debates que antecedem o conclave.

Desta forma, o século se inicia para a Igreja com duas dificuldades: no campo terreno, retomar sua inserção na vida cotidiana, com vistas a lutar contra a desigualdade crescente que os pro-

cessos políticos atuais mantêm, de modo que a maior parte da população possa ter acesso à cidadania plena, com os benefícios tecnológicos que o processo de globalização traz; no campo espiritual, atualizar a mensagem religiosa, de forma que o transcendentalismo supere o misticismo praticado pelas inúmeras seitas que surgem nesse ambiente de desesperança social, econômica e política. Ambos os processos devem ser concomitantes: eis o desafio da nova Igreja e do futuro Papa.

“Sem o amparo do Estado e da Igreja, desaparecida para acompanhar a nova massa de desamparados, estes se voltam para um transcendentalismo puro, de inspiração local ou regional: o neopentecostalismo, que cresce em ritmo alarmante, na visão da Igreja, incapaz de rearticular uma reação à altura no seu papel evangelizador”.

